



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

### DIALOGANDO SOBRE ORIENTAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Ana Izabel Moura de Carvalho Moreira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo reflete sobre estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social, a partir de sistematizações que vêm sendo produzidas nas aulas de Orientação e Treinamento Profissional de graduação do curso noturno em uma universidade federal pública. Os insumos teórico-empíricos são: programa da disciplina OTP, literatura selecionada, diretrizes e normativas da formação profissional.

**Palavras-chave:** Formação profissional; Estágio supervisionado, prática profissional.

**Abstract:** This article reflects on supervised internship in professional training in Social Work, based on reflections that have been produced in the Orientation and Professional Training classes, of graduation from the evening course at a public federal university. The theoretical-empirical inputs are: program of the OTP discipline, selected literature, guidelines and professional training regulations.

**Keywords:** Professional training; Supervised internship, Professional practice.

O aprofundamento da crise global do capitalismo, que tem sistematicamente degradado as condições de reprodução dos trabalhadores, tem impactado fortemente em países “dependentes” e profundamente desiguais e frágeis do ponto de vista do acesso aos direitos sociais, como é o caso do Brasil. Nesse contexto de “crise do capital”, os efeitos são perversos porque têm promovido à desregulamentação das relações de trabalho acompanhada do aprofundamento do ideário neoliberal e do desmantelamento das políticas sociais públicas. Com graves consequências na formação profissional em Serviço Social e nas condições de trabalho das (os) assistentes sociais.

As linhas reflexivas que se seguem têm o objetivo de contribuir para o premente debate teórico-prático no âmbito da formação profissional em Serviço Social. O exercício reflexivo aqui sistematizado vem sendo construído, cotidianamente, no exercício da docência (em uma Universidade Pública) em Serviço Social<sup>2</sup>, onde se privilegia o estreitamento dos

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ana\_izabel@uol.com.br.

<sup>2</sup> No Brasil, a educação pública em geral, e o ensino universitário em particular, vem sofrendo ataques sistemáticos, tanto no corte orçamentário, quanto nas interferências carregadas de ideologia (neoliberal/privatista), que muito prejudicam a transmissão democrática, plural e científica do conhecimento produzido nas universidades. No caso do Serviço Social, os dados são alarmantes: Das IES que ofertam os cursos temos: 62 pública/presencial; 1 pública/EAD; 248 privada/presencial;

caminhos entre a instância da formação e, os espaços sócio-ocupacionais da (do) assistente social, por meio da reivindicação da articulação orgânica entre o ensino, o estágio, a pesquisa e a extensão. Nessa direção, entendemos que a valorização do estágio curricular obrigatório<sup>3</sup> é estratégica para qualificar a formação profissional, sendo para isso, imprescindível estreitar os laços com os supervisores de campo.

O artigo propõe um diálogo entre o estágio curricular obrigatório e a relação pedagógica entre supervisor de campo e supervisor acadêmico. A “metodologia” para elaboração do texto advém de nossa experiência como docente supervisora acadêmica (disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional III e IV, temática da “assistência social”) no curso de graduação em Serviço Social em uma instituição pública. Buscamos articular as situações e vivências cotidianas dos campos de estágio, apresentadas pelos estudantes, às diretrizes e princípios curriculares de ABEPSS (1996) e, sobremaneira às normativas referidas ao estágio curricular obrigatório, a saber: A Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010) e a Resolução 533 (CFESS, 2008). A sistematização aqui apresentada almeja contribuir para o debate sobre o estágio supervisionado a partir do “olhar” da Universidade Pública. Ou seja, sob o prisma das inquietações de uma docente envolvida nas atividades de supervisão acadêmica. Isso, certamente, oxigena o exercício da docência e traz novos desafios para a Universidade, pois a “empíria bruta” trazida pelos estagiários, ao mesmo tempo em que nos assusta, em razão da precariedade das políticas sociais públicas, nos instiga teoricamente e nos impulsiona na direção de construir a “síntese reflexiva”. E, assim, qualificar a formação profissional em Serviço Social.

A publicização desses insumos reflexivos em um Congresso da Categoria dos assistentes sociais brasileiros é movida pela inquietação que temos experimentado ao ministrar, ao longo de anos, disciplinas voltadas para a dimensão “técnico-operativa”, ou ainda àquelas dirigidas ao “ensino da prática”. Esta orientação reforça a necessidade de fortalecer a instância formativa, enquanto espaço do pluralismo por excelência, entendido, nos termos de Coutinho (1991). Mas, além disso, coloca como desafio para as (os) assistentes sociais e, sobremaneira para as (os) estudantes de Serviço Social, “decifrar a realidade”. Esta “tarefa” (“decifrar a realidade”) possui uma envergadura considerável. Trata-se, desse modo, da necessidade imediata de “instrumentalizar” as (os) estudantes em “várias frentes”. Isso não significa recortar a formação e segmentar a leitura da realidade social e, inclusive a leitura do próprio Serviço Social. O que seria retroceder nas abordagens reducionistas da

---

17 privada/EAD. (Cf. estudo de Pereira (2016) sobre o Perfil expansionista do ensino superior e os impactos na formação em Serviço Social).

<sup>3</sup> A reflexão proposta neste artigo privilegia o estágio curricular obrigatório, que necessariamente, requer, concomitantemente, a supervisão de campo e a supervisão acadêmica.

questão social e da profissão, já superadas no discurso hegemônico da categoria profissional.

O Serviço Social possui uma dimensão eminentemente “prática”; sua atuação vincula-se à dinâmica das relações sociais e, seu significado altera-se a partir das transformações histórico-culturais. A dimensão “técnico-operativa” do Serviço Social articula-se às duas outras dimensões – “teórico-metodológica” e “ético-política”, constitutivas da formação e do exercício profissionais - e, é objeto direto de problematização nas disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional (disciplina obrigatória de 60 horas, cursada, concomitantemente, a realização de estágio curricular obrigatório (perfazendo uma carga horária total de 480 horas, distribuídas em quatro períodos letivos)).

A experiência de estágio curricular obrigatório potencializa o movimento reflexivo necessário à decifração das múltiplas expressões da questão social. Ou seja,

“o estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais.”  
(PNE/ABEPSS, 2010, p. 11).

A experiência de estágio curricular obrigatório pressupõe a supervisão de campo e a supervisão acadêmica. As atuações profissionais da (do) assistente social inserida (o) nas instituições campos de estágio e da (o) assistente social/docente responsável pelas disciplinas de “Orientação e Treinamento Profissional” apresentam particularidades, mas, as práticas concernentes a ambas as atuações devem buscar a “síntese teórico-prática”, ou seja, estreitar vínculos que permitam qualificar a formação profissional do estagiário. Perseguir essa atuação conjunta entre supervisores de campo e acadêmico é condição precípua para fortalecer o protagonismo da (o) assistente social na defesa dos valores democráticos e emancipatórios. Dessa maneira,

Ressaltamos, ainda, o princípio que prevê a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, em que o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do (a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social. (PNE, ABEPSS, 2010, p. 13).

Os desafios na condução das disciplinas voltadas para o “ensino da prática” são diversificados. Do lado das instituições campos de estágio é possível identificar que a crescente precarização - processos de reestruturação produtiva, acompanhados de flexibilização, terceirização, redução de direitos sociais. (Antunes, 2018) - das relações de trabalho têm impactado nos processos de trabalho onde se inscrevem as (os) assistentes

sociais. Considerando o regime de contratação, os níveis de remuneração e as condições de trabalho, reconhecemos que o exercício da supervisão direta de estagiário, cotidianamente, tende a se constituir em sobrecarga de trabalho para os profissionais. Pois, trata-se de atribuição privativa da (do) assistente social (Resolução 533, CFESS), o que significa que para além da questão formativa com forte conteúdo pedagógico, técnico-operativo e ético-político, os supervisores diretos também se deparam com as exigências legais para o exercício da supervisão. Ou seja, a prática da supervisão direta deve ter como referência: as Diretrizes Curriculares de ABEPSS (1996), o Código de Ética profissional dos assistentes sociais brasileiros (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e a Resolução 533/2008 do CFESS. Supomos que a sobrecarga de trabalho (“física e espiritual”) somada ao desmantelamento e sucateamento das políticas sociais públicas pode explicar a “indisponibilidade” da (do) assistente social para assumir a função de supervisor de campo. De certo que esta suposição carece de investimento em pesquisas que permitam identificar as “reais” condições de trabalho e, também a relação quantitativa supervisor/estagiário. Queremos tão somente indicar, a partir de insumos empíricos recolhidos nas aulas da disciplina de Orientação e Treinamento Profissional, que a disponibilidade/indisponibilidade para o exercício da supervisão de campo deve ser refletida inscrita na totalidade dos processos de trabalho tanto nas instituições campos de estágio, quanto na Universidade. Ou seja, inscrita na dinâmica da vida social, realçando as diversificadas e heterogêneas relações entre Estado e Sociedade Civil.

Do lado da Universidade Pública os desafios têm crescido na medida em que a sua função social é atacada por sistemáticas estratégias de cortes orçamentários e interferências na sua autonomia, enquanto espaço democrático e plural. Seguimos as formulações de Chauí (2014) para refletir sobre a relação entre a instituição universitária e as instituições campos de estágio<sup>4</sup> em Serviço Social. O processo de mercantilização e fragmentação da vida social estimulado pelo crescimento do capital “fetiche” ou ainda do capital que “rende juros”, tem subvertido as possibilidades de construir formas de sociabilidade assentadas no humanismo concreto. (Iamamoto, 2015). No atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, tudo tende a se tornar mercadoria, inclusive a educação. Essa tendência altera a própria concepção de Universidade (pública, democrática, plural e gratuita), uma vez que estimula a transformação da instituição universidade em *organização*, ou seja, “transforma uma instituição social numa organização, isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja

---

<sup>4</sup> As reflexões aqui sistematizadas se apoiam em nossa experiência nas disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional nos níveis III e IV. Os campos de estágio se inscrevem no âmbito da assistência social e, do conjunto de 15 instituições, apenas uma é privada.

eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se dá por meio da competição”. (Chauí, 2014, p. 2).

Olhando para a Universidade como uma instituição social, como nos ensina Chauí, reivindicamos o seu princípio da universalidade e, com ele queremos contribuir para fortalecer o debate e as práticas constitutivas da relação entre supervisor de campo e supervisor acadêmico. Mas, como construir caminhos e estratégias alternativas frente à hegemonia do capital? Como construir interfaces com as instituições campos de estágio num contexto adverso de negação de direitos e de regressão conservadora no âmbito das políticas sociais públicas?

O Programa construído para a disciplina de Orientação e Treinamento Profissional III e IV orienta-se pela Teoria Social Crítica e, prioriza as categorias de totalidade concreta e história (Marx, 1857; Coutinho 1994; Kosik, 1995) para identificar o conjunto das “atividades” nas quais os estagiários estão envolvidos, a partir do Plano de Estágio elaborado de acordo com nível de inserção e de complexidade. Além disso, privilegia a abordagem do cotidiano, enquanto dimensão da existência humana insuprimível, nos termos de Heller (2000, p. 18), pois “é em grande medida heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”. Tal como Heller (op. cit.), Lefebvre (1991) também nos fortalece para encararmos o cotidiano “rotineiro, repetitivo e enfadonho” (característico da “prática imediatista” do (da) assistente social). A constatação da “*imediatez*” é recorrente nos discursos das (os) estudantes/estagiárias (os). Comparece, cotidianamente, no teor das falas e tem, inclusive, fomentado “sensações” de angústia e apatia quanto às possibilidades de intervir na realidade para “além da aparência imediata dos fenômenos e processos”. Assim, seguimos com a abordagem dialógica, trazendo à reflexão os véus que encobrem os processos e as múltiplas formas de expressão da questão social, potencializada em tempos de aprofundamento da ideologia neoliberal. Com competência teórica, metodológica, técnica e ético-política, a experiência de estágio é enriquecida e iluminada, o que permite que sejamos capazes de revelar o que está obscurecido nas relações coisificadas pela hegemonia do capital. Dessa maneira, insistimos no potencial latente na dimensão cotidiana, que precisa ser histórica e criticamente decifrado, por meio da sistematização do trabalho da (o) assistente social, “precisamente porque em última instância a vida cotidiana julga a sabedoria, o conhecimento e o poder” (Lefebvre, 1991, p. 18).

O privilégio atribuído à dimensão cotidiana da existência humana, enquanto campo de limites e possibilidades, de aprisionamento e de emancipação deve ser perseguido na abordagem da “instrumentalidade/tecnicidade/procedimentos” dos processos de trabalho da (do) assistente social. Já há autores na literatura do Serviço Social que têm identificado na noção de cotidiano um caminho fecundo para a análise crítica e a sistematização da prática profissional. Aqui, reconhecemos, no escopo desse artigo, o trabalho pioneiro de Netto & Falcão (1987) sobre o cotidiano e, suas implicações no Serviço Social. Porém, destacamos que ainda há um caminho teórico-conceitual a ser percorrido, inclusive buscando o aprofundamento de autores que dispensam contribuição fundamental ao cotidiano, como G. Luckács; H. Lefebvre e A. Heller. O olhar atento às formulações desses autores, como parte constitutiva das disciplinas conformadoras do chamado eixo dos “fundamentos do trabalho profissional do assistente social”, pode sugerir interfaces com os princípios fundamentais da formação profissional em Serviço Social.

A dinâmica pedagógica construída nas aulas de Orientação e Treinamento Profissional (níveis III e IV, temática da “assistência social”) tem como referência o Programa elaborado a partir das diretrizes: teórica, metodológica, e ético-política do Currículo da Unidade de Ensino onde atuamos e, referenciadas às Diretrizes Curriculares de ABEPSS (1996). Os objetivos propostos: 1. Viabilizar espaço de discussão sobre os temas e situações específicas de cada campo de estágio; 2. Estimular a participação dos alunos/estagiários buscando problematizar as situações/experiências vivenciadas nos campos de estágio; 3. Estreitar os canais de diálogo com os supervisores dos campos de estágio; 4. Articular situações e vivências cotidianas dos campos de estágio às referências teóricas expressivas da temática da “Assistência Social” e, áreas afins; e a metodologia/dinâmica das aulas: 1. Socialização das situações/vivências cotidianas; 2. Análise dos Planos de Estágio em seus vínculos com o cotidiano das atividades realizadas; 3. Reflexão teórico-empírica a partir de textos de interesse da temática/campo de estágio; 4. Elaboração de diário de campo; 5. Elaboração de um Projeto de Intervenção Profissional (OTP III); 6. Elaboração de um Projeto de Avaliação e Monitoramento da Intervenção Profissional (OTP IV), adotados têm indicado a quão rica é a experiência de estágio supervisionado.

Por outro lado percebemos que, insistir na pesquisa sobre as condições de trabalho dos supervisores de campo é indispensável para qualificar a formação profissional em sintonia com as diretrizes e princípios apostados na ABEPSS e nos instrumentos normativos do Serviço Social. Também indicamos que as condições de vida das (os) estudantes (sobretudo do curso do noturno, que na quase totalidade, são também trabalhadoras (es), o que dificulta a inserção nos campos de estágio e, também a vinculação em grupos de

pesquisa e/ou extensão) de serviço social também carecem de estudos “qualitativos” que permitam revelar os obstáculos à realização do estágio curricular obrigatório de acordo com o “nível” de exigência proposto na Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010).

Na condução das aulas de OTP, privilegamos como metodologia pedagógica o diálogo, ou seja, a exposição do conteúdo proposto para os diferentes níveis de estágio articula leituras de textos às situações cotidianas dos campos de estágio. Priorizaremos a noção de cotidiano (situações/vivências cotidianas) para buscar apreender as múltiplas determinações do universo da produção e da reprodução da vida social. A busca por apreender a totalidade - categoria fundante da abordagem histórica e crítica - é exercida a cada aula de OTP. Pois, devemos ficar atentos e vigilantes contra as armadilhas das interpretações conservadoras que instrumentalizam a razão e impõem soluções imediatistas aos problemas e desafios cotidianos. A identificação das amarras da cotidianidade é condição para a construção de estratégias de ultrapassagem das relações de dominação, constitutivas da Ordem do Capital. Aqui, destacamos que o cotidiano do trabalho da (do) assistente social é, indiscutivelmente, determinado pelas condições objetivas dos processos de trabalho na contemporaneidade. Ou seja, a (o) assistente social está tão vulnerável às determinações da ideologia do capital quanto, os usuários de seus serviços. Aqui, um desafio teórico-analítico se coloca: como garantir uma formação crítica e competente as (os) futuras (os) assistentes sociais - que certamente se tornarão supervisoras (es) de campo e/ou supervisoras (es) acadêmicas (os) – num contexto crescente de negação de condições de reprodução material e espiritual, característico de sociabilidades que tendem a banalização da vida humana, expressiva da chamada “barbárie” das múltiplas formas de vida, e, aí o tempo urge e os desafios são enormes para todos aqueles que vivem do trabalho. Pois,

“Muitos dos problemas que teremos de enfrentar – desde o desemprego estrutural crônico até os graves conflitos econômicos, políticos e militares internacionais [...], e até a destruição ecológica generalizada observada por toda parte – exigem ação combinada em futuro muito próximo. A escala temporal dessa ação talvez possa ser medida em algumas décadas, mas certamente não em séculos. O tempo está se esgotando. Assim, somente uma alternativa radical ao modo estabelecido de controle da reprodução do metabolismo social pode oferecer uma saída da crise estrutural do capital”. (Mészáros, 2015, p. p. 132).

As aulas de Orientação e Treinamento Profissional possuem dois momentos que ao se articularem permitem construir um debate mais fecundo, o que possibilita a construção de nexos teórico-empíricos necessários à tentativa de “decifrar o real”. O momento de explicitação das situações vividas nos diferentes espaços de atuação profissional faz com que a (o) estudante visualize similitudes, mas também diferenças entre os cotidianos profissionais. Concomitante a socialização das situações cotidianas dos campos de estágio, construímos o segundo momento da aula: a tentativa de síntese “teórico-prática”. Abaixo,

apresentamos duas situações (depoimentos das (os) estudantes, recolhidos de maneira genérica e sem qualquer identificação dos autores e das instituições campos de estágio), que recorrentemente, aparecem nas aulas, seguidas de reflexões construídas para elaboração deste artigo.

Situação 1: “A prática do Serviço Social é sempre confusa”:

Entendemos que a reiterada “confusão” quanto ao significado da “prática” do Serviço Social é parte das estratégias de dominação construídas pelo capital, na “certeza” de que sua ideologia é “eterna” e, portanto, imutável. O significado socio-histórico da profissão no Brasil, já está plenamente decifrado nas formulações pioneiras da professora Marilda Iamamoto e, plenamente incorporado pela categoria profissional das (os) assistentes sociais. Profissão inscrita no processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, no contexto do capitalismo dos monopólios. No movimento peculiar à dinâmica do capital, a profissão se particulariza, onde as estratégias de intervenção profissional ganham relevos e complexidades também particulares.

A dimensão interventiva do Serviço Social possibilita aproximações sucessivas à realidade e, no cotidiano da prática profissional vislumbra-se a possibilidade de produção do conhecimento. Vislumbra-se também a construção de estratégias de intervenção contrárias à direção hegemônica do capital. E, é nessa direção que apontamos para a necessária e urgente articulação entre a Universidade (através do “supervisor acadêmico”) e as instituições campos de estágio (através do “supervisor de campo”). O Plano de estágio e o Programa da disciplina são instrumentos que potencializam o movimento de decifrar o significado da profissão no cotidiano do exercício profissional. Ao serem discutidos, conjuntamente entre docentes, supervisores de campos e estudantes, esses instrumentos podem tornar mais clara à direção política do fazer profissional, bem como contribuir para questionar a racionalidade formal e abstrata (construção da razão burguesa) calcada no positivismo e neopositivismo (Guerra, 2015). A prevalência do racionalismo abstrato no “trato” das expressões da questão social tem contribuído para o recrudescimento do conservadorismo e, inclusive na reatualização de posturas neoconservadoras, que, a despeito da direção ideopolítica hegemônica nas diretrizes curriculares de ABEPSS desde 1996, ainda persistem nos espaços socioocupacionais da (o) assistente social.

A hegemonia assumida pela orientação da Teoria Social Crítica na formação em Serviço Social nos coloca em posição privilegiada para construir insumos teórico-analíticos para melhor apreender a totalidade social, em movimento. Por outro lado, as cristalizações conservadoras que ainda fazem parte do cotidiano do trabalho da (o) assistente social nos tencionam reiteradamente. Assim, reforçamos a importância no fortalecimento deste



referencial teórico-metodológico, e principalmente, destacamos que categorias fundamentais do Método do Materialismo Histórico e Dialético (como totalidade concreta, universalidade, particularidade e singularidade) precisam ser mais bem trabalhadas no conjunto das disciplinas estruturantes da formação profissional. Aqui, estamos apresentando um esforço reflexivo. Sabemos que a realidade contém muito mais do que a aparência imediata e, exatamente por isso, não queremos permanecer na aparência imediata. Ou seja, decifrar criticamente o cotidiano das relações sociais, inclusive aquelas dos espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais, pode ser uma “ferramenta” fundamental para realizar procedimentos técnico-operativos que contribuam para a reversão da desigualdade e à emancipação humana. Eis mais um desafio teórico-reflexivo.

Situação 2: “A supervisora de campo parece sempre acomodada, diante do que ela faz e do que ela poderia fazer”.

“Um verdadeiro estímulo da vida humana é a alegria do amanhã. Na técnica pedagógica esta alegria do amanhã é um dos objetivos mais importantes do trabalho. Primeiro é preciso organizar a própria alegria, fazê-la viver e convertê-la em realidade. Em segundo lugar, é necessário ir transformando insistentemente os tipos mais simples de alegria em tipos mais complexos e humanamente significativos. Aqui existe uma linha muito interessante: da satisfação mais simples até o mais profundo sentido do dever”. (Anton Makarenko, *Metodologia para educação do processo educativo*, 1935-1936).

Em tempos de duros ataques à educação pública no Brasil, buscamos apoio no otimismo “qualificado” de A. Makarenko (1888-1939), pedagogo e escritor ucraniano que construiu uma grande obra educacional, onde os “fins da educação são determinados pelas necessidades sociais em constante transformação histórica, mas combinando e desenvolvendo as diferentes personalidades no processo de autogestão” (Luedemann, 2017, p. 17).

Como esperar dos supervisores de campo, mas não apenas destes, assim como também dos supervisores acadêmicos e estudantes/estagiários, “otimismo” na condução das atribuições e competências cotidianas? Será que a “acomodação” da supervisora de campo, identificada pelos estagiários pode ser atribuída à falta de compromisso profissional? Trata-se de uma questão que envolve uma pluralidade de interpretações, de significados distintos, que devem ser mais bem investigados.

Por agora, queremos destacar alguns elementos para enriquecer o debate: 1. As condições de trabalho nos “equipamentos e serviços” conformadores da Política Nacional de Assistência Social/SUAS (estamos olhando para a área da assistência social, dada à vinculação das OTPs III e IV, nessa temática) são, invariavelmente, precárias; 2. A

composição das equipes de referência no âmbito do SUAS são insuficientes quantitativa e qualitativamente e, estão muito aquém das exigências normativas da NOB-RH/SUAS, 2006;

3. A operacionalização dos programas, projetos e ações referidos aos direitos socioassistenciais tem encontrado grandes obstáculos, tanto de natureza orçamentária (cortes nos financiamentos públicos), quanto de natureza política e ideológica, quando constatamos retrocessos na concepção de assistência social pública como dever do Estado;
4. A questão “específica” dirigida ao Serviço Social/assistente social quanto ao compromisso ético-político com a democracia e a emancipação humana tem encontrado “resistência” no cotidiano profissional, e não raras as situações onde se identifica a reatualização dos clássicos dilemas da prática profissional: “fatalismo, messianismo, voluntarismo, assistencialismo”, já problematizados pela literatura do Serviço Social (Iamamoto, 1998).

A sistematização de nossa experiência como docente-supervisora-acadêmica reitera a importância do estágio supervisionado para formação profissional em Serviço Social. É experiência ímpar na qualificação dos estudantes, sobretudo no tempo presente de precarização das políticas sociais públicas, histórico campo de atuação das (os) assistentes sociais brasileiros; e de recrudescimento de práticas conservadoras e autoritárias.

A título de comentários finais, reproduzimos abaixo as diretrizes hegemônicas dos currículos plenos das escolas de Serviço Social no Brasil, na expectativa de ao trazer à baila essas diretrizes, estamos reafirmando a importância da resistência da categoria profissional, e mais ainda para consolidar a relevância do Serviço Social na luta pela garantia do acesso aos direitos sociais e, enfim, para a consolidação de uma democracia emancipatória. Eis os princípios e as diretrizes que devem, mais do que nunca, ecoar nos campos de estágio profissionalizante e nas unidades de formação profissional:

“Princípios que fundamentam a formação profissional”:

1. Flexibilidade de organização currículos plenos, expressa na possibilidade de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do curso;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e da reprodução da vida social;
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva

como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para os cursos diurnos e noturnos, com o máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação profissional; 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, Cadernos ABESS, 1997).

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. PNE (Política Nacional de Estágio). 2010. Disponível em [www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br).

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: BoiTempo, 2018.

CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS n° 273/1993 de 15 de março de 1993 e modificada pelas resoluções CFESS n° 290/94 e 333/96. Brasília, 2010. Disponível em [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br).

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS n° 533 de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de Estágio no Serviço Social. Disponível em [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br).

CHAUÍ, Marilena. “**Contra a universidade operacional**. A greve de 2014 (08 de agosto de 2014)”. Versão digital, acessado em 28/05/19.

COUTINHO, Carlos Nelson. “Pluralismo: dimensões teóricas e políticas”. In. Ensino em Serviço Social. **Cadernos Abess**, São Paulo: Cortez, n.4, p. 5-17, 1991.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

GUERRA, Yolanda. “Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político do Serviço Social: Considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional”. In. FORTI, Valéria & GUERRA, Yolanda. (Org.). **Projeto ético-político do Serviço Social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. P. 39-70.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LUCKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

LUEDMANN, Cecília da Silveira. **Anton Makarenko**. Vida e obra – a pedagogia da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARX, Karl. **Grundisse**. São Paulo: BoiTempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: BoiTempo, 2015.

NETTO, José Paulo; Falcão, Maria do Carmo B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987.

PEREIRA, Larissa Dahmer. “Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL” .IN. SANTOS, C. M.; Lewgoy, A. M. B.; Abreu, M. H. E. (Org.). **A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p.31-55.

VV.AA. Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. **Cadernos Abess**, São Paulo: Cortez, n. 7, 1997.